

Filtro historiográfico: cartas de Vilhena pela leitura de Braz do Amaral

AMÉLIA SABACK ALVES NETA*

Como “diamante ainda na mina” Braz Hermenegildo do Amaral (1861-1949) considerou o manuscrito de nº 2544 encontrado na Biblioteca Nacional, destacando o valor do material coletado e do autor dele para a história do Brasil. Tratava-se das vinte e nove cartas oferecidas a D. João VI e a D. Rodrigo de Souza Coutinho, e escritas entre 1798 e 1799 por Luís dos Santos Vilhena (1744-1814), português e professor de grego da cidade de Salvador (1787-1799), que assinava como Amador Veríssimo de Aleteya.

A importância de Braz do Amaral para a viabilização dessas cartas e o filtro que promoveu levou o antropólogo e folclorista Edison Carneiro, que se tornou um dos maiores estudiosos das culturas africanas no Brasil, a afirmar na apresentação à segunda edição da obra: “Palpitantes de *bahianidad*, as notas e comentários de Braz do Amaral são hoje inseparáveis do texto de Vilhena.” (VILHENA, Vol. I, 1969)

A repercussão desse trabalho pode ser observada na historiografia brasileira e baiana posterior ao momento de sua edição, sobretudo na que aborda o período colonial. As cartas de Vilhena tornaram-se referência, em alguns casos, obrigatória, para obras e autores de reconhecida importância na comunidade de historiadores. Não há como fazer uso desse material sem ter conhecimento desse intelectual que o estabeleceu. As obras de sua autoria também integram a bibliografia de trabalhos e autores brasileiros.

Como amostra do recorrente uso das crônicas de Vilhena e das obras do seu anotador em trabalhos de importância da historiografia nacional é possível destacar, entre os baianos: Gilberto Freire que no clássico *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal* (1933) se reportou a Vilhena em diferentes passagens. Utilizou também como “material subsidiário” um estudo de Braz do Amaral apresentado ao Congresso de História Nacional. Afonso Rui com *A primeira revolução social brasileira: 1798* (1942), livro que lhe conferiu projeção como historiador, também fez uso tanto das cartas do professor de grego, quanto do livro de Braz do Amaral que trata do mesmo movimento político baiano.

Suporte semelhante foi tomado por Thales de Azevedo, no livro *Povoamento da cidade do Salvador* (1949), onde desenvolveu uma história social e demográfica desta cidade. Além das cartas de Vilhena, tomou como referência dois livros de Braz do Amaral, *Recordações históricas* (1921) e *História da Bahia do Império à República* (1923). Edison Carneiro, que reeditou o livro publicado pela primeira vez em 1922, na obra *A cidade do salvador, 1549: uma reconstituição histórica* (1954) também laçou mão desse material.

Outro exemplo de notoriedade é o de Kátia M. de Queirós Mattoso, que viveu na Bahia e pesquisou incansavelmente em seus arquivos, desenvolvendo estudos quantitativos, muito influenciada pela historiografia francesa dos anos de 1930. Na bibliografia do seu livro *Bahia século XIX: uma província no Império* (1978), originário da tese que defendeu na Sorbonne, constam citadas as crônicas de Vilhena, em sua segunda edição, além de cinco livros de Braz do Amaral.

Na introdução deste livro, a historiadora ressaltou a situação de atraso em que se encontravam a historiografia brasileira. Observou que até início dos anos de 1960, Seignobos exercera forte influência sobre os historiadores brasileiros, que apesar de “bem informados” sobre as publicações internacionais, não se mostravam interessados nas novas perspectivas lançadas pelos franceses. (MATTOSO, 1992, p. 25) Destacou que a escrita histórica na Bahia era factual e “colonial”, haja vista que as monografias baseavam-se em acontecimentos, sobretudo do século XVII.

Essa situação descrita por Kátia Mattoso, também decorrente do impulso nacional pelas comemorações, como ressalta a autora, foi estimulada pela presença massiva na Bahia de historiadores norte-americanos e ingleses interessados pelo período colonial. (MATTOSO, 1992, p. 28) Isso favoreceu a consulta às crônicas de Vilhena e aos livros de Braz do Amaral.

Ambos são citados também pelo historiador Luís Henrique Dias Tavares, que ocupou lugar de destaque na historiografia baiana, em pelo menos duas de suas obras, *História da sedição intentada na Bahia em 1798: “a Conspiração dos Alfaiates”* (1975) e *História da Bahia* (2001).

Entre os historiadores de outros círculos acadêmicos, as crônicas de Vilhena também serviram como fonte. Exemplo disso é o trabalho de Victor Nunes Leal, *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil* (1948). Em sua bibliografia o livro de Vilhena é citado em nome de Braz do Amaral.

Carlos Guilherme Mota, em *Ideia de revolução no Brasil, 1789-1801: estudo das formas de pensamento* (1979), não somente cita reiteradamente Luís Vilhena, dando crédito a expressões e ideias suas, como dedica o quarto capítulo à sua forma de pensamento. Quanto à Braz do Amaral, discute questões por ele abordadas, reconhecendo em diferentes notas de rodapé alguns exageros seus. Recorre, ainda, a documentos citados na íntegra em *Fatos da vida do Brasil* (1941).

Não resta dúvida que a lista poderia crescer bastante caso fosse possível fazer um levantamento bibliográfico mais demorado especialmente em torno das obras que trataram do que se convencionou chamar de história colonial, haja vista que a própria ideia de “Brasil colonial” foi invenção do século XIX, como destacou Laura de Mello e Souza. (SCHWARTZ, 2009, p.176) Conforme Stuart Schwartz, na década de 1980 a produtividade aumentou e houve uma “sofisticação” dos trabalhos, em torno desse período da história.

Entre as razões apontadas pelo autor, algumas referidas por Kátia Mattoso, para esse interesse sobre os “primeiros tempos” do Brasil estão: o “processo de transformação nas ciências sociais”, a forte influência da história cultural, o uso das novas tecnologias e as comemorações dos quintos centenários. (SCHWARTZ, 2009, p.177) De 1930 a 1990 as produções foram redirecionadas para novas abordagens e objetos da “colônia”. À medida que essas mudanças se processavam, o paradigma estruturalista perdia espaço para a história social e cultural.

Como já apontado, essa mudança de interesse pela “história dos primeiros tempos” permite explicar a recorrência do uso da obra de Vilhena nos trabalhos citados e justificar o aumento de trabalhos em torno da escravidão, do atlântico, da religiosidade, da administração da colônia. As suas crônicas foram matéria para esses trabalhos e, nesse sentido, Braz do Amaral cumpriu importante papel.

Braz do Amaral era filho de um capitão do Corpo de Polícia, seu homônimo, que participou da Guerra do Paraguai. Foi um homem de dois séculos e nesta condição comportou-se, por vezes, como guardião da memória e da história, revelando a historicidade da sua escrita. Circulou por diferentes centros de produção e difusão do saber dentro e fora do estado, garantido para si reconhecimento e prestígio.

Diplomou-se pela Faculdade de Medicina da Bahia (1886), onde compôs o quadro de professores na fase final do Império, ao ministrar patologia e clínica cirúrgica. Lecionou

também no Instituto Oficial do Ensino Secundário, na Escola de Belas Artes e no Ginásio da Bahia, ao ensinar história do Brasil e universal. Em razão do seu status de professor, dizia reivindicar um lugar para Luís dos Santos Vilhena, não somente pelo que ele fez, como também por “simpatia da classe”. (VILHENA, Vol I, 1969, p. 3)

Vinculou-se a instituições que preservavam e ajudavam a construir uma história para a nação e para o estado. Fez parte da Academia de Letras, onde ocupou a cadeira de número 4, e foi sócio efetivo fundador do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHB). Pertenceu ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), foi membro da Tertúlia das Letras e das Artes, do Grêmio Literário da Bahia e da Nova Cruzada. Elegeu-se membro correspondente da Academia Portuguesa de História, ocupando a vaga deixada por Afrânio Peixoto.¹

No IGHGB, onde teve participação ativa, figurou entre as personalidades mais solicitadas da instituição. (SILVA, 2012, p. 237-239) Em razão da credibilidade desfrutada por ela na sociedade baiana, seus membros eram procurados, em diferentes momentos, por setores do governo para realizar pesquisas e apresentar informações sobre determinadas questões. Na condição de sócio efetivo fundador, Braz do Amaral prestou serviços ao IGHGB, achando que com isso reconstruía a história da nação. Proferiu vários discursos de cunho biográfico sobre os sócios falecidos, comportando-se como guardião da memória dos membros, memória que se confundia com a do próprio Instituto.

Na Academia de Letras, onde teve participação mais discreta, o discurso que mais ganhou notoriedade foi o referente às cartas de Luís Vilhena. Em outubro de 1917, ressaltou o “alto valor literário” da obra desse português, enquanto “repositório de esclarecimentos” sobre a Bahia. Assegurou também a legitimidade do texto encontrado, ao dizer que o comparou com outros documentos escritos e assinados pelo português. (VILHENA, Vol I, 1969, p. 12) Conforme destacou, talvez reafirmando a legitimidade desse trabalho, Capistrano de Abreu também teve conhecimento desse material e declarou que era o melhor texto que havia lido sobre a Bahia.

As cartas foram encontradas no período em que fazia pesquisas para comentar a obra *Memórias históricas e políticas da província da Bahia* (1919-1940), de Ignácio Accioli, bem como reunia dados e argumentos para defender a Bahia nas questões de fronteira com Sergipe

e Espírito Santo, cuja culminância foi a representação da Bahia na “Conferência de Limites”, em 1920, convocada pelo presidente Epitácio Pessoa (1919-1922).²

O conjunto das vinte primeiras cartas, escrito quando Luís Vilhena estava na Bahia, cujo título original era “Recopilação de notícias soteropolitanas e brasílicas”, foi publicado em dois volumes por iniciativa do referido historiador baiano e por incentivo do governo Antonio Moniz e de J. J. Seabra, entre 1917 e 1922. Esse material foi editado como parte das comemorações do centenário da independência do Brasil, momento oportuno para a monumentalização desse documento que contava a história do Brasil desde o seu “descobrimento” e, em consequência, ajudava a construir uma memória nacional.

A vigésima primeira carta remetida a Rodrigo de Souza Coutinho, ministro que incentivou o professor de grego a completar as descrições, foi publicada em folheto independente, sob o título de *Recopilação de notícias da capitania de São Paulo* (1935). Ao justificar, em 1935, o motivo pelo qual essa carta não havia sido publicada junto com as demais, Braz do Amaral ressaltou o apoio do então interventor da Bahia Juraci Magalhães que mandou imprimir o material faltante. Esse material foi enfileirado em edição posterior, de 1969.

A primeira edição, *Cartas de Vilhena*, foi lançada pela Imprensa Oficial da Bahia, em 1922. A segunda, que será utilizada neste trabalho, intitulada *A Bahia no século XVIII*, saiu pela Editora Itapuã, em 1969, e possui, além do prefácio de Braz do Amaral, uma apresentação de Edison Carneiro. Em nota explicativa, a editora destacou a “raridade bibliográfica” dessas cartas e destacou que com aquela publicação buscava “prestar um serviço à Bahia e aos estudiosos do Brasil”. (VILHENA, Vol I, 1969)

Luís dos Santos Vilhena viveu e ensinou grego em Salvador entre 1787 e 1799, quando foi jubilado pelo governo colonial com metade de seus vencimentos. Isso o obrigou a retornar para Portugal. Serviu ao governo português durante trinta e cinco anos, “com armas e letras”, foi militar e professor de grego. Dizia escrever por “satisfação do espírito e desafeição ao ócio”. (VILHENA, Vol I, 1969, p. 18)

As cartas endereçadas a Filopono, codinome de D. João VI, por Amador Veríssimo de Aleteya, Luís Vilhena, descreveram a Bahia e outras capitanias do Brasil no período colonial, de forma detalhada, em seus aspectos econômicos, políticos, geográficos, sociais, entre

outros. Naquele período falar da Bahia era quase que se referir inteiramente ao Brasil, o que, de certa forma, se modificaria com a chegada da família real, em 1808.

Ao escrever por “obediência ao príncipe”, Vilhena iniciava e concluía as cartas levando o leitor a se questionar se esse material não havia sido realmente solicitado por quem ele reverenciava como “soberano”. Os temas por ele tratados abrangeram o “descobrimento”, a descrição topográfica da cidade, a “ordem política”, a economia local e rural, a composição social, as guarnições e fortalezas, a educação, a justiça, o governo eclesiástico, entre outros. A forma como os abordou, sobretudo o da composição social de Salvador, remete à observação de Edison Carneiro, segundo a qual, a “visão de realidade” de Vilhena era a da “decadência”. (VILHENA, Vol I, 1969)

Por outro lado, sua forma de abordá-los se relaciona com o modo como compreendia a história e a verdade. Na dedicatória ao príncipe, afirmava que se serviu de algumas obras publicadas, de “manuscritos não vulgares” e de sua observação. Mas ressaltava a raridade de suas interpretações e o seu compromisso com a verdade, comparada a um “mineral tosco” que poderia ser transformado e depois finalizado em história. (VILHENA, Vol I, 1969, p. 19)

Ao historiador, portanto, caberia finalizar a história, mas a Vilhena explicar as notícias. O professor de grego recuou, entretanto, na tentativa de justificar seus possíveis lapsos e exageros, ao considerar, por exemplo, que a reunião das “notícias brasílicas” em si requeria a “exação de um historiador”. (VILHENA, Vol I, 1969, p. 17)

Foi como “nosso historiador” que Braz do Amaral se referiu a Luís Vilhena no prefácio à edição de 1922. Entretanto, os seus comentários elogiosos embora tenham se mantido até a última nota não impediram que mudasse o tom em direção à crítica. Postura que remete à maneira como encarou a própria escrita da história.

As notas de Braz do Amaral oscilavam entre os argumentos da “verossimilhança” e da “verdade”. Ora cruzava informações admitindo a perspectiva de possibilidades na história, ora trabalhava com o sentido de “prova” e discutia o assunto como se o que tivesse falando fosse verdadeiro. Ao passo em que avançava nos comentários às cartas referentes à Capitania da Bahia, uma vez que não comentou as relacionadas a outras capitanias, Braz do Amaral recorria à citação de documentos variados fosse para comprovar o que Vilhena havia afirmado, fosse para se contrapor a ele e evidenciar suas “falhas”.

Quando, por exemplo, Vilhena tratou cronologicamente dos governos da capitania da Bahia, desde 1549, Braz do Amaral o criticou pela perda da “imparcialidade” e do “juízo crítico” que mantinha em cartas anteriores. (VILHENA, Vol II, 1969, p. 429) Não surpreende essa sua exigência se for levado em conta que se tratava de um homem recém-saído do século XIX. Apesar dessa compreensão acerca da história que Vilhena contava, Braz do Amaral reconheceu as circunstâncias do tempo que o impediram de ser mais crítico em relação aos governos.

Ainda que em sua crítica tenha se referido por algum momento ao fato de que a possível relação de amizade de Vilhena com os governadores tenha influenciado no modo como os tratou nas cartas, Braz do Amaral ao ressaltar a importância da imparcialidade remete aos “princípios de isenção” associados à historiografia rankiana. (RANKE, 1979, p. 13) Afinal, como observou Sérgio Buarque de Holanda, a partir de Leopold von Ranke desenvolveu-se esse ideal de neutralidade nos estudos históricos, bem como o recurso de pesquisa e crítica das fontes. (RANKE, 1979, p. 16) Algo que Braz do Amaral colocou em prática.

Em cartas anteriores, Braz do Amaral ao elogiar a imparcialidade de Vilhena chegou a compará-lo ao “artista” que tinha a capacidade de pintar alguém sem que ele ou ela soubesse que estava servindo de “modelo”. (VILHENA, Vol I, 1969, p. 145) A preocupação com esse elemento do que deveria ser o ofício do historiador teve centralidade nos comentários de Braz do Amaral e isso ele buscou reconhecer no autor do material que comentava:

[...] não há dúvida que sentiu (Luís Vilhena), e que estudou os males do seu tempo, descobriu-os sem paixão, e comoveu-se com eles, mostrando possuir aquelas qualidades eminentes do historiador que descreve com imparcialidade, que discerne com superioridade de vistas o bem do mal e domina pelo espírito os preconceitos do seu tempo. (VILHENA, Vol I, 1969, p. 145)

Braz do Amaral, entretanto, viola esse princípio no exercício de sua escrita, ao tecer comentários elogiosos ao próprio Vilhena, ao ressaltar os feitos dos governadores citados nas cartas, ao defender um ou outro tema abordado pelo seu autor. Mostrando que o historiador não escapa ao seu tempo e às contradições dele.

Vilhena não foi o único interlocutor de Braz do Amaral. Ele dirigiu seus comentários aos leitores e estudiosos interessados pelas questões da “pátria”. (VILHENA, Vol II, 1969, p. 465) Nesse exercício e preocupado com o “juízo severo da posteridade”, transcreveu longos trechos de documentos, como cartas, regimentos, certidões, ofícios em geral, localizados em

grande parte dos casos no Arquivo Público da Bahia e na Biblioteca Nacional, além do Arquivo de Marinha e Ultramar de Lisboa citado recorrentemente.

Diante, porém, de informações muitas vezes contraditórias, Braz do Amaral advertia o leitor quanto às dificuldades de se escrever sobre determinados temas. Obstáculos que para ele poderiam ser superados com “repetidas e ulteriores pesquisas”. (VILHENA, Vol II, 1969, p. 535) Trabalho através do qual se “provaria” os fatos, expressão repetida ao longo dos comentários.

No reparo ao texto de Vilhena também se reportou frequentemente a trabalhos e anotações feitas por ele próprio em outras oportunidades, a exemplo das notas ao livro *Memórias históricas e políticas da Bahia*, de Inácio Accioli e do relatório *Limites Bahia-Espírito Santo*, apresentado ao governo em 1921.

Braz do Amaral reuniu esse material, visando torná-lo publico. Ao comentar, revisar as informações e confrontá-las com trechos de documentos localizados em arquivos, ajudou a estabelecer um corpo documental de grande utilidade para a historiografia contemporânea. Com essa iniciativa trouxe à luz uma Bahia do século XVIII vista pelos olhos de um português que nela residiu temporariamente, como também a recriou no século XIX através de frequentes comparações com o período em que vivia.

A intenção de Braz do Amaral em comentar textos como o de Luís Vilhena faz retomar a observação de Charles-Olivier Carbonell acerca da predominância das notas de pé de páginas nos trabalhos da historiografia universitária francesa da passagem do século XIX ao XX. O próprio Leopoldo von Ranke, na Alemanha, escreveu obras volumosas utilizando esse recurso para fazer referência aos documentos. (CARBONELL, 1987, p. 130-137) No caso de Braz do Amaral, ocupou o espaço do “rodapé” para reparar e completar esses textos, ou seja, nas notas o autor acabou se objetivando como historiador.

As notas e comentários por ele escritos, que se concentram ao término de cada carta, além do papel explicativo, assumiram um sentido de “prova”, o que se verifica com a transcrição, conforme já citado, de longos trechos de documentos. Nos termos de Antoine Prost, que discutiu de forma geral como se escreve a história, as notas de rodapé ao tempo em que permitem a verificação do texto, o que implica em reparos, acréscimos e mais omissões, imprimem autoridade ao argumento, assegurando a sua cientificidade. (PROST, 2014, p. 240)

Citações e notas constituem-se nessa perspectiva um “programa de controle” para o texto do historiador. Elas lhe fornecem o “aparato crítico” de que precisa para se estabelecer. (PROST, 2014, p. 235-236) A história da historiografia mostra que essa prática possui raízes gregas. Arnaldo Momigliano observou que a historiografia moderna é um produto grego, porque crítica. (MOMIGLIANO, 2004, p. 40) Foram os gregos que desenvolveram métodos críticos para separar “fatos” de “fantasias”.

Braz do Amaral ao longo de suas obras manifestou preocupação com o rigor documental. É notável a sua atenção ao detalhe e à autenticidade do documento. Postura que se refletiu no modo como produziu sua obra, que inclui textos que tratam de temas variados, com bastante atenção aos aspectos políticos. Buscou corrigir, muitas vezes por incentivo do governo, questões como a própria história, ao reivindicar para a Bahia o pioneirismo em fatos políticos, como o da independência, desqualificando a forma como esses episódios ocorreram em outros lugares.

Propôs a revisão de fatos, sobretudo no âmbito das “produções literárias” sobre essa questão, ao apresentar uma série de documentos, em pelo menos duas obras diferentes, *Ação da Bahia na obra da independência nacional* (1923) e *História da Independência na Bahia* (1923), para expor o processo de luta nacional e os acontecimentos dos quais a Bahia foi palco. (AMARAL, 1923) A predominância de temas políticos em sua obra, dentro do que foi possível examinar, revela a imagem de um historiador da política nos moldes do século XIX.

Braz do Amaral ajudou a edificar uma memória pautada em grandes feitos, buscando garantir o lugar de reconhecimento para a Bahia no cenário brasileiro. Ao instituir documentos, entretanto, ofereceu subsídios para a escrita de uma história nacional. Foi o que se verificou com a veiculação e os comentários às cartas de Vilhena, cuja importância pode se confirmar ao passar em revista trabalhos de historiadores a exemplo dos elencados neste artigo.

* Doutoranda em História Social do Brasil pela Universidade Federal da Bahia – UFBA e bolsista FAPESB. Graduada e mestra em História pela Universidade do Estado da Bahia – UNEB.

¹ “As eleições na Academia de Letras – O professor Braz do Amaral na Academia de Lisboa – Outras notas”. *A Tarde*, 30.11.1948. “O falecimento do prof. Braz do Amaral – Uma grande perda para a cultura bahiana”. *A Tarde*, 03. 02. 1949, p. 2.

² “O falecimento do prof. Braz do Amaral – Uma grande perda para a cultura bahiana”. *A Tarde*, 03. 02. 1949, p. 2.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, Braz Hermenegildo do. *Ação da Bahia na obra da independência nacional*. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1923. 107 p.

CARBONELL, Charles-Olivier. *Historiografia*. Tradução de Pedro Jordão. Portugal, Lisboa: Teorema, 1987.

LEITE, Rinaldo Cesar Nascimento. *Braz do Amaral, o historiador da Bahia: sua concepção de história e engajamento político-social na Primeira República*, p.9. Disponível em: http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364926209_ARQUIVO_BrazdoAmaral,o_historiadordaBahia_TextoXXVIISimp.ANPUH.pdf. Acesso em: 01 de dezembro de 2013.

MATTOSO, Katia M. de Queirós. Introdução. In: _____. *Bahia, século XIX: uma província no império*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1992.

MOMIGLIANO, Arnaldo. *As raízes clássicas da historiografia moderna*. Tradução Maria Beatriz Borba Florenzano. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

PROST, Antoine. *Doze lições sobre a história*. Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira. 2 ed.; 2 reimp. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

RANKE, Leopold von, 1795-1886. *Leopold von Ranke: história*. Introdução e organização de Sérgio Buarque de Holanda; Tradução de Trude von Laschan Solstein. São Paulo: Ática, 1979.

SCHWARTZ, Stuart. *Historiografia dos primeiros tempos do Brasil moderno. Tendências e desafios das duas últimas décadas*. In: *História: Questões & Debates*. Curitiba: Editora UFPR, n. 50, jan-jun. 2009.

SILVA, Aldo José Moraes. *Instituto Geográfico e Histórico da Bahia: origem e estratégias de consolidação institucional (1894-1930)*. Feira de Santana: UEFS Editora, 2012.

VILHENA, Luís dos Santos. *A Bahia no século XVIII*. Notas e comentários de Braz do Amaral. Apresentação de Edison Carneiro. Vol I, II, III. Salvador, BA: Editora Itapuã, 1969.